ENFAM – Programa de Pós-Graduação
Mestrado em Direito e Poder Judiciário
Turma 2020.2

Discente: Adriana Carneiro da Cunha Monteiro Nóbrega

Título da proposta de dissertação: "Abrindo portas: as reclamações pré-processuais e o papel interinstitucional dos Núcleos e Centros de Conciliação no tratamento adequado da litigiosidade recorrente".

RELATÓRIO DE IMPACTO

Item 7 - Formulário de Qualificação Mestrado ENFAM – Principais pontos de intersecção das disciplinas cursadas – Impacto na pesquisa

DIS 2- Administração Judicial Aplicada (AJA) – Carlos Henrique Borlido Haddad

A disciplina possibilitou o alargamento da visão acerca do diagnóstico das unidades judiciárias para melhor compreensão dos entraves encontrados na administração da Justiça e construção de modelo de gestão mais adequado à realidade atual. Questões relacionadas à gestão da rotina e do acervo foram abordadas de maneira inovadora, com vistas à melhoria contínua e à resolução de problemas com foco no aprimoramento da prestação do serviço judicial por meio da mudança organizacional.

Em relação ao projeto de pesquisa, a disciplina permitiu a inserção do objeto estudado em matéria de gestão, ao destacar um viés de eficiência e eficácia para o funcionamento do Judiciário, com abordagem centrada no planejamento preciso, na execução das estratégias de administração e no acompanhamento por meio de ferramentas de aferição da qualidade.

DIS 3 – Métodos Autocompositivos em Juízo (MAJ) – Roberto Portugal Bacellar

A disciplina deu ênfase ao estudo dos meios consensuais de solução de litígios no contexto da política judiciária nacional de tratamento adequado de conflitos de interesses. A base teórica foi construída com base no sistema judicial multiportas e no desenho de sistemas de disputas, no último caso, conforme abordagem de Diego Faleck.

Além dos aspectos técnicos distintivos dos meios de resolução amigável estudados, seus princípios e escolas, bem como da remodelação do perfil do magistrado para uma atuação mais humana e socialmente contextualizada, foi enfocada a perspectiva ética da satisfação do usuário como indicador de efetividade da prestação jurisdicional.

No que toca à pesquisa desenvolvida, a disciplina abriu horizontes de percepção e indicou caminhos para o marco teórico, considerado o objeto de estudo centrado na utilização de mecanismo de conciliação pré-processual (reclamação pré-processual) no tratamento adequado da litigiosidade recorrente de direito público.

DIS 5 – Processo, Sistema de Justiça, Gestão Processual e Efetividade (PSG) – Fabrício Castagna Lunardi

A disciplina enfatizou o uso de modelos alternativos de gestão processual, com priorização de mapeamentos das unidades para fixação de diagnósticos e delimitação das estratégias de otimização no tratamento da demanda. A gestão do teletrabalho, *design* organizacional e mecanismos para implementação de boas práticas também foram aspectos que receberam enfoque diferenciado. Destaco, igualmente, a intensa troca de experiências entre os mestrandos, que possibilitou o conhecimento de realidades diversas e o acesso a novas ferramentas e ideias de gestão da unidade e do acervo.

Concernentemente à pesquisa, os estudos possibilitaram a configuração do experimentalismo e da inteligência institucional como indutores da administração macro de conflitos, permitindo, inclusive, a ligação entre os temas da conciliação e gestão processual, em perspectiva de desburocratização e adequação, sob os vieses da qualidade e produtividade.

DIS 6 - Liderança Organizacional e Atividade Judicial (LOJ) – Luiza Vieira Sá de Figueiredo

A disciplina tratou da atividade judicial tendo como foco a gestão de pessoas e a liderança organizacional. Após a delimitação dos regramentos pertinentes, foram estudados a cultura e a mudança organizacional e indicados os fundamentos da transparência e comunicação interinstitucional.

No âmbito interno da unidade judicial, foram tratados os temas das competências organizacionais e gerenciais, bem como reforçado o papel da liderança na condução e desenvolvimento funcional da equipe. Aspectos como gestão por competências, feedback, avaliação de desempenho e gestão de conflitos foram igualmente realçados.

No que tange ao aproveitamento da disciplina para o desenvolvimento da pesquisa, ressalta-se que o enfoque dado à comunicação interinstitucional e à ampliação dos métodos de transparência foi importante para a delimitação de uma das hipóteses do projeto de pesquisa, relativa à consideração do diálogo interinstitucional como condição necessária à viabilização de alternativas passíveis de formatação de novas maneiras de gestão de conflitos.

DIS 7 – Ética e Integridade (ETI) – Roger Raupp Rios

A disciplina permitiu o aprimoramento da visão vinculada à ética da magistratura no contexto do Estado Democrático de Direito. Foram enfatizados os aspectos da independência funcional, imparcialidade, integridade e idoneidade no contexto dos estudos da LOMAN, Código de Ética e Princípios de Bangalore. A sistemática conduzida em sala de aula assumiu abordagem interativa, englobando o uso de recursos audiovisuais para ilustração de comportamentos a partir do acesso ao conteúdo de filmes e obras literárias correlatas.

Em relação ao objeto do projeto desenvolvido, foi possível fazer a conexão do problema de pesquisa com a perspectiva ética da aceitação do procedimento como forma de alcance da isonomia material, em especial, sob a teoria sociológica de Niklas Luhmann (legitimação pelo procedimento), que constitui um dos marcos teóricos que embasam a dissertação proposta.

DIS 8 – Seminário de Pesquisa e Metodologia (PEM) – André Augusto Salvador Bezerra e José Marcos Lunardelli

A disciplina forneceu apoio metodológico para a elaboração do trabalho de conclusão de curso. Além disso, permitiu que, a cada aula, tivéssemos contato com os projetos dos outros colegas, o que nos possibilitou o contato com várias abordagens e

diferentes métodos de pesquisa. A didática e a integração da dupla de professores garantiram interação entre os colegas e frutífera troca de experiências.

Em relação ao desenvolvimento da pesquisa, a atividade final da disciplina, a saber, proposta de sumário e apresentação da ideia central de cada capítulo da dissertação, permitiu o ordenamento do raciocínio voltado à escrita do trabalho de conclusão, proporcionando um olhar metodológico diferenciado para o desenrolar de cada tópico do texto, segundo a orientação acadêmica, e uma visão da estrutura geral primária da atividade dissertativa.

DIS 15 – Sistema de Justiça e Pesquisa Empírica (SPE) – André Augusto Salvador Bezerra e José Marcos Lunardelli

A disciplina trouxe o enfoque da pesquisa empírica no contexto do sistema de justiça, priorizando metodologias de base empírica e abordagens quantitativas e qualitativas. Foram tratados os estilos de pesquisa empírica, com destaque para o estudo de caso, a observação participante e a pesquisa etnográfica, cada vez mais aplicadas no âmbito da pesquisa jurídica.

No que pertine ao objeto da pesquisa da discente, a disciplina acrescentou aspectos determinantes à abordagem do respectivo problema de pesquisa, relativo à avaliação da utilização das reclamações pré-processuais (instrumentos de conciliação pré-processual) no tratamento adequado da litigiosidade repetitiva de direito público, a partir de estudo de caso (auxílio emergencial), mediante o exame do emprego do mencionado mecanismo, de forma institucionalizada, pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

DIS 16 – Tratamento de Conflitos Relativos a Litigantes Habituais (TCH) – Priscilla Pereira Costa Correa

A disciplina proporcionou o aprofundamento no tema da litigância repetitiva, procurando traçar o perfil dos litigantes em juízo e trazendo diferenciações em relação a outras espécies de litigância, importantes à compreensão da matéria. Conferiu-se especial destaque à distinção entre lides de direito público e de direito privado, aos efeitos da recorrência nos juizados especiais, ao impacto na aplicação dos meios

consensuais de solução de conflitos e às tentativas de equalização do desequilíbrio de poder que frequentemente marca esse tipo de demanda.

Quanto à pesquisa individual, a cadeira forneceu inúmeros subsídios para embasar o estudo voltado à escrita da dissertação, particularmente quanto aos aspectos teóricos e práticos da litigância recorrente, em especial, de direito público, considerando-se o âmbito do estudo de caso em que se estrutura a proposta de trabalho acadêmico da discente, sob o título “Abrindo portas: as reclamações pré-processuais e o papel interinstitucional dos Núcleos e Centros de Conciliação no tratamento adequado da litigiosidade recorrente”.

DIS 19 – Prevenção de Conflitos e Gestão de Precedentes nos Centros de Inteligência (PRE) – Taís Schilling Ferraz

A disciplina abordou a perspectiva sistêmica aplicada à atuação do Poder Judiciário, destacando a interconexão entre os diversos fatores envolvidos e o exame da trajetória do conflito, como forma de dinamização dos esforços voltados à prevenção dos litígios e à otimização do tratamento das demandas. Também se deu ênfase à concepção e funcionamento dos Centros de Inteligência, bem como à respectiva atuação em rede para a construção de soluções coordenadas (gestão do conhecimento), notadamente em três frentes: preventiva, de monitoramento de demandas e de gestão de precedentes.

Relativamente ao objeto da pesquisa, a disciplina trouxe um novo olhar aplicado ao gerenciamento sistêmico de demandas, que assegurou a complementação do substrato teórico para a dissertação, em particular, no tocante ao tema da constituição do diálogo e cooperação interinstitucional necessários à formulação de parcerias entre as instituições envolvidas no manejo das lides, considerado o campo de estudo respectivo (gestão pré-processual de demandas).

GRUPO DE PESQUISA - GEPDI 4 - Direito, Desenvolvimento e Impacto das Decisões Judiciais

O grupo de pesquisa 4 se propõe a examinar os temas de Direito e Desenvolvimento no contexto do neoinstitucionalismo. Ainda, procura dar ênfase aos processos de endogeneização de redes de diálogo, por meio da interação entre unidades e outros centros integrantes da estrutura do Poder Judiciário, como Centros de

Inteligência e de Conciliação, bem como Comitês de Saúde. A abordagem também se volta às investigações sobre os novos desenhos institucionais e os respectivos reflexos na eficiência sistêmica do Poder Judiciário, com destaque para os aspectos relacionados ao acesso à justiça.

Relativamente ao problema de pesquisa, a participação no grupo proporcionou o contato com pesquisadores externos e a salutar troca de experiências, conferindo ao exame do objeto de estudo a noção sistêmica necessária ao aprofundamento dos trabalhos.